- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 07

22/05/04 - 28/05/04

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Brasil propõe lançar liberalização comercial nos países em desenvolvimento

O Brasil pretende lançar na próxima reunião da Unctad (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) a terceira rodada de negociações de liberalização de comércio entre países em desenvolvimento, que acontecerá de 13 a 18 de junho, em São Paulo. Na ocasião, também haverá a reunião do G-77 (grupo de países em desenvolvimento), cujos membros podem trocar entre si preferências tarifárias, sem ter de estendê-las a outros países. O subsecretário geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Clodoaldo Hugueney, afirmou que o Brasil tem a pretensão de ser generoso com os países pobres fornecendo a estes uma abertura comercial sem reciprocidade. Essa medida faria parte da estratégia do Brasil de fortalecer sua liderança internacional. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 22/05/04).

Reunião União Européia e América Latina ocorre no México

Teve início no dia 24 de maio o encontro entre 58 altos funcionários da América Latina, Caribe e União Européia, em Guadalajara, para a elaboração de um documento, denominado 'Declaração de Guadalajara'. Os representantes brasileiros defendem a luta contra a pobreza, o combate à fome, o investimento em projetos sociais e de infra-estrutura, e ainda, depois do fracasso da última reunião dos co-presidentes da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em Washington, os membros do Mercosul buscam vantagens no acordo de livre comércio, em negociação, como a União Européia (UE). Os países da reunião estimularão medidas nos organismos internacionais financeiros para que estes

estabeleçam ações que contribuam para a prevenção de crises financeiras, ofereçam melhores condições de financiamento e dêem tratamento diferenciado às nações em desenvolvimento. Os ministros das Relações Exteriores do Mercosul e comissários europeus se reuniram para tentar superar o impasse que se chegou com as negociações após a apresentação das chamadas "ofertas melhoradas", no dia 27/05. A UE está insatisfeita com a oferta do Mercosul na área de investimentos, serviços e compras governamentais e o Mercosul, por seu lado, está descontente com a oferta agrícola européia. Foi decidido na reunião que estes pontos terão de ser superados em breve, pois a data de assinatura do acordo foi reafirmada para outubro deste ano. Por ocasião desta reunião Lula levou a diante a 'questão social', que também abordou na viagem feita à China. Em reunião com o Primeiro Ministro espanhol, Lula pediu apoio ao seu projeto de fundo mundial contra a fome. (). (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/05/04; Folha de S. Paulo - Brasil 28/05/04; Folha de S. Paulo - Dinheiro - 28/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 26/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/05/04; O Globo – Economia – 26/05/04; O Globo – Economia – 24/05/04; O Globo – Economia – 27/05/04; O Globo - Economia - 28/05/04).

Lula foi à China em missão histórica

O presidente brasileiro se reuniu com o presidente da Ucrânia, Leonid Kuchma, e discutiu acordos bilaterais no setor aeroespacial, durante a escala que fez em Kiev antes de prosseguir viagem para a China. Ao chegar à China, Lula defendeu a produção de riquezas e a redução de desigualdades. A China criticou o protecionismo brasileiro, e com os novos acordos, a delegação brasileira buscou estreitar as relações comerciais entre os dois países. A viagem da missão empresarial brasileira à China rendeu um saldo de 15 acordos operacionais e novas joint-ventures. Os documentos, assinados por ministros dos dois países, incluem memorandos de entendimento para explorar iniciativas nas áreas de infra-estrutura, transporte e energia, um tratado de cooperação judiciária em matéria penal, um acordo de cooperação esportiva, outro que objetiva ampliação do turismo entre os dois países e um memorando de entendimento na área de segurança de produtos alimentares. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/05/04, Folha de S. Paulo – Brasil – 23/05/04, Folha de S. Paulo – Brasil – 24/05/2004, Folha de S. Paulo – Brasil – 25/05/2004 ; O Globo – Economia – 22/05/04; O Globo – Economia – 23/05/04, O Globo – Economia – 24/05/2004, O Globo – Economia – 25/05/2004).

Área energética apresenta grandes oportunidades de negócios na China

O Brasil negocia desde outubro do ano passado um possível acordo de cooperação nuclear com a China. Caso seja concretizado da forma como está sendo negociado hoje, o tratado de cooperação deverá prever investimentos chineses para a exploração conjunta das jazidas de urânio existentes em território brasileiro – uma das maiores reservas do mundo. Em troca do urânio não-enriquecido fornecido, o Brasil participaria de licitações para o fornecimento de equipamentos necessários na construção de 11 usinas nucleares na China. Uma parte do dinheiro obtido com o acordo seria utilizada pelo Brasil para viabilizar seu próprio programa nuclear. Além disso, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, apresentou objetivamente as oportunidades de negócio na área de mineração no país e convocou os chineses a participarem da Sexta Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), marcada para 17 de agosto. Outra área de interesse é a produção de álcool etanol, combustível alternativo ao petróleo. A ministra Dilma Rousseff, acredita que a área energética é uma das que apresentam mais oportunidades de negócios entre os dois países. (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/05/2004, Folha de S. Paulo – Brasil – 25/05/2004; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/05/2004; O Estado de S. Paulo – Nacional – 26/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 27/05/04; O Globo – Economia – 24/05/2004; O Globo – Economia – 25/05/2004; O Globo – Economia – 26/05/04; O Globo – Economia – 27/05/04).

Brasil e China trocam moedas diplomáticas

Os presidentes brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e chinês, Hu Jintao, assinaram ontem um comunicado conjunto fortalecendo a cooperação econômica, científica e política entre os dois países, através de ações diplomáticas específicas dentro dos organismos internacionais. No comunicado, o Brasil se comprometeu a examinar a questão do reconhecimento da China como um país de economia de mercado junto à Organização Mundial do Comércio, reafirmou a posição sobre a existência de uma só China, incluindo Taiwan e Tibete como partes inseparáveis de seu território, e a China afirmou seu apoio a uma maior participação dos países em desenvolvimento na ampliação do Conselho de Segurança, defendendo ainda que o Brasil deve ter um peso maior nos foros multilaterais e que nesse sentido deverá haver cooperação entre os dois países. No que concerne a defesa de uma China única e anexação definitiva dos territórios do Tibete e Taiwan, o presidente deixou claro sua intenção de convencer os países em desenvolvimento, em especial os da América Latina, sobre a importância desse reconhecimento uma vez que países como Paraguai, Panamá e República Dominicana ainda reconhecem Taiwan como república independente. O ministro Celso Amorim, ao rebater as críticas à postura do governo brasileiro, disse que essa postura é antiga na política externa brasileira. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva evitou fazer críticas à situação dos direitos humanos na China no encontro que teve na segunda, 24, com o presidente do país, Hu Jintao. Lula limitou-se a assinar um comunicado

conjunto com o governo chinês, no qual ataca a politização da questão, conduta comumente atribuída aos EUA. As duas partes coincidiram em reafirmar os princípios da universalidade, indivisibilidade e não-seletividade dos direitos humanos, conforme estabelecido pela Declaração e Programa de Ação de Viena. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/05/2004; O Globo – País – 24/05/2004; O Globo – País – 25/05/2004; O Globo – Economia – 26/05/04; O Globo – Economia – 28/05/04).

Lula defendeu na China reunião para temas sociais

Na abertura da conferência para discutir o combate à miséria no mundo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu que a agenda mundial deveria se voltar mais para a área social e diminuir o excesso de atenção dado ao tema da segurança. Segundo o presidente, não será possível haver paz e desenvolvimento no mundo sem justiça social. Lula convidou os Chefes de Estado e Governo do mundo para participarem de um encontro para uma mobilização em favor de medidas efetivas para reduzir a pobreza no mundial. Tal encontro ocorreria um dia antes da abertura da próxima Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York. O presidente criticou o excessivo protecionismo nos países ricos que afeta o crescimento das nações mais pobres e afirmou que um grupo técnico do governo vai estudar as medidas alternativas para conseguir o financiamento do desenvolvimento e assim, atingir as metas do milênio até 2015. O grupo estudará idéias como a taxação de movimentações financeiras, dos paraísos fiscais, do comércio de armas e proposta britânica de criação do Mecanismo de Financiamento Internacional (IFF), que será um fundo bancado pelas nações ricas para oferecer financiamento a projetos que visem reduzir a miséria nos países pobres. (Folha de S. Paulo – Brasil – 25/05/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 26/05/04; O Globo – Economia – 27/05/04).

China aceita pedido de desculpas brasileiro sobre a soja

Durante missão brasileira na China, ministros conseguiram solucionar incidente que ameaçava afetar as exportações do principal produto brasileiro para o país asiático. O porta-voz afirmou que o governo de Pequim considera o episódio um fato isolado, que não afetará os desdobramentos das compras chinesas no mercado brasileiro. Com a intenção de persuadir os chineses a aceitar um certo grau de contaminação nos carregamentos de soja, o Brasil consultará a Organização Mundial da Saúde (OMS). Contudo, o Ministério da Agricultura brasileiro já decidiu adotar critérios de qualidade para a soja que é exportada do Brasil. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 26/05/04; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/05/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 27/05/04; O Globo – Economia – 24/05/2004; O Globo – Economia – 25/05/2004).

Brasil pode votar contra proposta de resolução no Conselho de Segurança

Alegando falta de clareza no documento de resolução, que trata da transferência de poder para um governo provisório iraquiano proposto pelos EUA e Grã-Bretanha, o Brasil votará contra esta resolução no Conselho de Segurança da ONU. O Brasil defende que a soberania do Iraque seja rapidamente transferida para os iraquianos. Porém, possui algumas ressalvas a esta resolução que trata do tema. O governo brasileiro se preocupa com a formação de um governo provisório que represente a sociedade local, com as etapas para a transferência da soberania, as competências do governo interino e o cronograma para a realização de eleições para substituir o governo provisório. Segundo fontes diplomáticas, estes pontos não estariam expostos de maneira clara no texto da referida proposta de resolução. O Brasil se manifestou contrariamente também a outra proposta de resolução encaminhada pelos Estados Unidos que renova a imunidade dos soldados americanos em missões de paz, frente a eventuais processos no Tribunal Penal Internacional. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 26/05/04).

Embaixador brasileiro afirmou que Brasil deseja uma ALCA ambiciosa

Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o embaixador do Brasil nos EUA, Roberto Abdenur, negou que o Brasil esteja querendo que o acordo de livre comércio – que implantará a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – seja restrito. De acordo com o embaixador, o Brasil está empenhado nas negociações para conseguir uma ampla abertura de mercados nas Américas. Contudo, o embaixador não descarta a possibilidade de que o cronograma inicial – que estabelece janeiro de 2005 como a data de conclusão da ALCA – seja atrasado. Comentou ainda que a estratégia americana de firmar acordos bilaterais com os países latino-americanos, como forma de pressionar o Brasil a aderir a ALCA, não assusta, uma vez que o Brasil também está fechando acordos com esses países e pretende ampliar o Mercosul na América do Sul. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 27/05/04).